

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- Financiamento e gestão públicos da política de assistência social no município, combatendo o caráter mercadológico que hoje pauta a assistência social, a exemplo das terceirizações por dentro da política, beneficiando organizações sociais em detrimento de serviços e atendimentos de qualidade;
- Incorporação do funcionalismo técnico da AMAC à prefeitura, que deve executar todos os serviços da política de assistência social, através de secretaria específica (atual secretaria de desenvolvimento social);
- Fortalecimento dos conselhos enquanto espaços de construção popular dos rumos da política de assistência social em Juiz de Fora. Neste sentido, é necessário que este tipo de democracia passe a ser exercido de baixo, nos territórios locais que necessitam do acesso à assistência social;
- Criação dos Conselhos Populares de Assistência Social, com representantes eleitos em cada bairro, distrito e município, para promover a conscientização política e a participação direta da população no processo de tomada de decisão e formulação dos programas e planejamento das ações do governo municipal, com acompanhamento e controle popular sobre a execução da política pública;
- Promoção do desenvolvimento voltado para a inclusão e a igualdade social, com a garantia do emprego, da moradia, da geração de renda e a dignificação das condições de trabalho e remuneração do quadro de servidores públicos;
- Expansão da presença do Estado para a universalização do acesso aos serviços urbanos (saneamento, água, luz, gás, etc) e dos serviços sociais básicos (assistência social, saúde, educação, cultura, lazer, segurança, habitação), visando à reversão do caráter de mercado hoje inerente aos mesmos;
- Estatização das empresas privadas de transportes, saneamento, água, energia elétrica, coleta de lixo e expansão dos serviços sociais, visando fortalecer sistemas públicos de educação, saúde, transportes e garantir universalização do acesso ao serviço gratuito e de qualidade, com melhoria dos salários e das condições de trabalho dos trabalhadores;

- Isenção de taxas e cobranças de serviços básicos (água, luz, gás) para os desempregados e proteção contra as ações de despejo por falta de pagamento em caso de desemprego;
- Programa de alimentação popular, com restaurantes públicos e cestas básicas a preço subsidiado, para famílias cadastradas; abrigo e alimentação para a população de rua, com a utilização de imóveis do Estado para este fim;
- Concurso público no lugar dos contratos temporários, de forma a garantir a continuidade dos processos de trabalho da política de assistência social;
- Reajustes anuais de salários dos servidores públicos e implantação ou cumprimento dos planos de carreira elaborados a partir de ampla participação dos trabalhadores.
- Programa de segurança alimentar, para a garantia da alimentação básica a toda a população;
- Programas de combate contra qualquer tipo de discriminação – racial, sexual, religiosa e outros;